

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal de Brasília (D.F.)

Class.: 470

Data 24 de setembro de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_

### ***CIMI denuncia desrespeito à terra indígena***

A diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulgou nota ontem, após reunião ordinária realizada em Brasília, manifestando sua preocupação diante de "graves fatos" que ultimamente estão envolvendo vários grupos indígenas e os próprios missionários.

Diz a nota do CIMI que alastram-se os conflitos por vários pontos do país, desrespeita-se a posse indígena garantida pela Constituição e pelo Estatuto do Índio e o próprio patrimônio da União corre maior risco de alienação.

Historiando os problemas enfrentados por vários grupos indígenas, a nota do CIMI destaca que a Funai, com ajuda do Exército, resolveu demarcar o território dos Tapirapé, no Mato Grosso, à revelia dos índios, e retirando parte da área tradicional dessa nação indígena em favor da Cia Tapiraguaia. Também em Mato Grosso há o problema de demarcação das terras dos Pareci que, por este motivo, vêm sendo constantemente invadidas por fazendeiros.

A área Kaingang de Mangueirinha, no Paraná — acrescenta a nota — está pendente de apelação no Superior Tribunal de Recursos, onde contra eles disputa o grupo Slaviero querendo a maior reserva de pinheiros do Brasil. Os Tembé, no Pará, estão vendo sua área drasticamente reduzida pela Funai que, para isto — enfatiza a nota — se vale de falsos critérios de indianidade e anda forçando o loteamento por famílias de índios contra a legislação em vigor. Também os Krenak, em Minas Gerais, pela terceira vez estão ameaçados de despejo de suas próprias terras.

A nota do CIMI denuncia que a Funai desencadeou uma perseguição contra os missionários, nos Estados do Espírito Santo, Paraíba, Acre, Pará e Território do Amapá, com proibição do exercício de seu trabalho, expulsão da área indígena e até detenção pela Polícia Federal. "Ligada a isso — diz a nota — vemos a vingança oficial movida recentemente contra posseiros e sacerdotes na Diocese de Conceição do Araguaí, Pará".

Diante de tais fatos, acrescenta a nota, "reafirmamos energeticamente, com a CNBB, o direito dos povos indígenas à justa demarcação de suas terras, seu direito a um espaço vital que será base não somente para a sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeira nação".

A nota do CIMI finaliza destacando que nesta hora de crise "e perplexidade sócio-político-econômicas, de cruel exploração e de cega repressão, nossa maior esperança se encontra nos próprios índios, na sua sabedoria milenar, na sua atual busca de fraterna união..."